

Agenda Nacional do Meio Ambiente
Recomendações ao SISNAMA para o biênio (2024/2025)
(versão 17/04/2024 - para CIPAM)

INTRODUÇÃO

A Agenda Nacional do Meio Ambiente é instrumento estabelecido pelo Decreto 99.274/1990, a ser elaborado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e dirigido ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), recomendando: temas, programas e projetos considerados prioritários para a melhoria da qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável do País, indicando os objetivos a serem alcançados num período de dois anos.

De acordo com o Regimento Interno do Conama, compete ao Comitê de Integração de Políticas Ambientais (Cipam) elaborar e submeter ao Plenário a Agenda Nacional do Meio Ambiente, até a última reunião ordinária anual, consultados seus conselheiros e outros órgãos do Sisnama.

A Agenda é uma ferramenta de escuta dos conselheiros, para uma construção participativa e colaborativa de objetivos comuns para o Sisnama. Ela não deve ser vista como um documento estático, mas como parte do processo de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas ambientais.

O Decreto 99.274/1990 atribui ao Conama não só a tarefa de elaborar e aprovar a Agenda Nacional do Meio Ambiente, como também de acompanhar sua implementação (art. 7º, XVII). Portanto, a Agenda é um mapa do caminho, a ser sempre revisitado, e permanecerá aberta a novas propostas e revisões, por iniciativa do Cipam e deliberação dos conselheiros do Conama.

Método de elaboração das propostas da Agenda Nacional do Meio Ambiente (2024/2025)

A elaboração da proposta de Agenda Nacional do Meio Ambiente (2024/2025) pelo Cipam seguiu as seguintes etapas:

- Envio de consulta aos conselheiros do Conama sobre contribuições para a Agenda;
- Realização de reunião aberta aos conselheiros para apresentação das contribuições;
- Elaboração da proposta de Agenda Nacional do Meio Ambiente para apresentação ao Plenário do Conama.

A organização das contribuições recebidas se deu em 5 eixos. O primeiro, abrange temas relacionados à Governança do Sistema Nacional do Meio Ambiente. Os demais eixos são os objetivos do plano plurianual (PPA) relacionados a programas coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima:

- Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios;
- Enfrentamento da emergência climática;
- Qualidade ambiental nas cidades e no campo;
- Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade.

RECOMENDAÇÕES

A) Governança do Sistema Nacional do Meio Ambiente

Participação

1. Realizar a Conferência Nacional do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
2. Preparar a COP 30 de forma participativa.
3. Retomar o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), assegurando representatividade da sociedade civil.
4. Promover a participação da sociedade civil nas discussões dos acordos internacionais sobre plásticos.
5. Elaborar Boletim virtual do Meio Ambiente e Mudança do Clima, bimensal, de forma colaborativa entre os membros do Conama, para informar de forma sintética os temas de destaque no período e principais acontecimentos na área.
6. Implementar estratégia de comunicação pública sobre a importância da Biodiversidade, sua conservação e uso sustentável, e sobre a Mudança do Clima. (Proposta de inclusão - SMC/MMA)
7. Convocar os conselhos municipais de meio ambiente ou de desenvolvimento sustentável para contribuir com pautas e ações de interesse regional e com o Conama.
8. Criar programa de formação para a qualificação da participação de lideranças locais, povos indígenas e comunidades tradicionais na agenda de meio ambiente e mudança do clima.
9. Garantir a representação do setor de transporte nas discussões sobre mudança do clima, transição energética e logística reversa.

Relações Institucionais

10. Sedar uma COP da Convenção de Minamata na Amazônia, chamando a atenção sobre a contaminação de suas populações por mercúrio.

Financiamento

11. Ampliar o acesso a recursos para projetos socioambientais das comunidades, povos indígenas e comunidades tradicionais e das ONGs inscritas no CNEA.
 - Ampliar os investimentos no fortalecimento dos órgãos do Sisnama para cumprimento das competências e atribuições previstas a cada um dos órgãos e entidades que compõem o sistema. (Proposta de inclusão - Abema)

Fortalecimento do Conama

12. Fortalecer o Conama como espaço de articulação intragovernamental (dentro do governo federal), interfederativa (entre o governo nacional e os governos subnacionais) e com a sociedade civil, inclusive por meio do aprimoramento de sua representação no colegiado.
 - Articular o Conama com outros colegiados, incluindo o Conselho Nacional de Segurança Climática (CONSEC), cuja proposta de criação está em discussão. (Proposta de inclusão - SMC/MMA)

Avaliação da Política Ambiental

13. CIPAM: avaliar a implementação da Política Ambiental no país, começando pelos temas e as áreas de maior conflito, especialmente nos hotspots de desmatamento no Cerrado e na Amazônia, e trazer para as Plenárias do Conama os principais elementos de discussão para

debate. Sugestão de temas: implementação do Código Florestal e concessão de Autorizações de Supressão de Vegetação, especialmente no Cerrado. (destaque Abema)

- CIPAM: avaliar a implementação da Política Ambiental no país, identificando as áreas de maior conflito e estabelecendo sugestões para pacificação das regras a serem aplicadas pelos órgãos do Sisnama, com atenção especial para o licenciamento ambiental, a autorização de supressão de vegetação e os mecanismos para fortalecimento das soluções para o financiamento e compensação pelo desmatamento evitado. (Proposta de alteração - Abema)

B) Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios

Conservar, recuperar e valorizar os biomas terrestres e as zonas costeira e marinha, para a manutenção da diversidade biológica, dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, combatendo o desmatamento, os incêndios e a exploração predatória dos recursos naturais.

Biodiversidade e Conservação dos Ecossistemas

1. Retomar a Comissão Brasileira para o Programa Homem e Biosfera (MAB-Unesco) e dos estudos para reconhecimento das Reservas da Biosfera nos Biomas Costeiro-Marinho e Pampas.
2. Cumprir as metas e compromissos do Brasil ante tratados internacionais, em particular a Convenção da Biodiversidade, Convenção CITES para a Regulamentação do Comércio de Fauna e Flora Ameaçadas e Convenção das Espécies Migratórias e seus acordos subsidiários.
3. Fortalecer a implementação da moratória à mineração dos fundos marinhos.
4. Implementar ações efetivas para contribuir com o cumprimento das metas e objetivos das Décadas do Oceano e da Restauração de Ecossistemas. (ONU 2020-2030)
5. Retomar e fortalecer a criação, implementação e gestão de Unidades de Conservação do país, públicas e privadas, e do processo de ampliação do Sistema de Áreas Protegidas, como parte da política ambiental e de seus instrumentos associados, tais como: Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, Corredores Ecológicos, Mosaicos de Áreas Protegidas, Sítios Unesco Brasileiros (Reservas da Biosfera, Geo-Parques, Sítios de Patrimônio Mundial) e dos Sítios RAMSAR.
6. Validar o Cadastro Ambiental Rural e implementar o Plano de Regularização Ambiental, assim como outros instrumentos do Código Florestal. (destaque Abema e MME)
 - Promover recursos e ações com a finalidade de:
 - i. promover a validação dos cadastros ambientais rurais nas modalidades de análise dinamizada e individual;
 - ii. implantar todas as modalidades de regularização previstas no PRA – Programa de Regularização Ambiental;
 - iii. garantir o desenvolvimento do módulo de monitoramento das atividades do PRA, em todas as modalidades;
 - iv. prever apoio e ações específicas para regularização do pequeno produtor e da agricultura familiar, beneficiários ou não da reforma agrária;
 - v. avaliar e implementar o Plano de Ação previsto do Regulariza-Agro, com os ajustes que se fizerem necessários. (Proposta de alteração - Abema)
 - Os Estados, com apoio da União, devem empenhar esforços para implementar os instrumentos do Código Florestal, especialmente o processo de validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA). (Proposta de alteração - Sociedade Civil)

- Criar e implementar o Programa de Regularização Ambiental (PRA) no âmbito da União. (Proposta de alteração - Sociedade Civil)
- 7. Avaliar os processos de concessão e privatização de Unidades de Conservação. (Proposta de exclusão - Casa Civil)
- 8. Fortalecer a implementação dos planos de ação de conservação da biodiversidade, inclusive por meio de ações estaduais e municipais, com um olhar especial para as espécies ameaçadas de extinção.
- 9. Fortalecer os processos de gestão territorial dos ambientes terrestres, costeiros e marinhos como instrumentos de proteção dos ecossistemas.
- 10. Negociar uma gestão pesqueira nacional baseada em visão ecossistêmica.

Combate ao Desmatamento

11. Elaborar de forma participativa planos de prevenção e combate ao desmatamento para todos os biomas nacionais.
12. Reduzir o desmatamento legal e ilegal em todos os biomas de forma consistente (mínimo de 50% com relação à 2023). (destaque Abema e CNI)
 - Promover ações que culminem na redução do desmatamento ilegal de forma consistente (mínimo 50% em relação a 2023). (Proposta de alteração - Abema)
 - Zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas e unidades federativas e reduzir o desmatamento legal por meio de instrumentos econômicos de valorização da bioeconomia e da floresta em pé, de modo a cumprir as metas estabelecidas pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris, com desmatamento zero em 2030. (Proposta de alteração - Sociedade Civil)
 - Implementar mecanismos que permitam remunerar ou compensar o desmatamento evitado de áreas passíveis, promovendo a redução da supressão autorizada. (Proposta de inclusão - Abema)
13. Conservar e restaurar ecossistemas, em especial para segurança hídrica, avaliando a possibilidade de criação de um GT de integração entre Conama e CNRH.
14. Combater o garimpo e a mineração ilegal.

Conama

15. Apoiar a aprovação da PEC 504/2010, para incluir o Cerrado, a Caatinga e os Pampas como Patrimônio Nacional.

- (Destakes CNI - retirada de menção a resoluções prioritárias)

Câmara Técnica de Biodiversidade, Áreas Protegidas, Florestas, Educação Ambiental e Bem-Estar Animal

16. Priorizar resoluções que facilitem e promovam a redução do desmatamento, especialmente no Cerrado e na Amazônia, além do fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).
 - Avaliar a criação de normas que regulem o controle do uso dos recursos naturais florestais e não florestais, com destaque para criação de mecanismos de estímulo ao desmatamento evitado de todos os biomas. (Proposta de alteração - Abema)
 - Priorizar a discussão e aprovação de resoluções que:
 - i. facilitem e promovam a redução do desmatamento em todos os biomas;

ii. **fortaleçam o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). (Proposta de inclusão - Abema)**

- **Fortalecer a estrutura do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), criando mecanismos que garantam a implementação das Unidades de Conservação, federais, estaduais e municipais. (Proposta de inclusão - Abema)**
- **Conama: promover a maior integração entre União, Estados e Municípios na implementação dos processos de criação de novas unidades de conservação. (Proposta de inclusão - Abema)**

Revisar Resoluções

17. **Revisar o conjunto de resoluções que tratam da caracterização de tipologias e estágios sucessoriais do bioma Mata Atlântica para todos os estados por ele abrangidos, a exemplo das Resoluções Conama nº 417/2009 e 423/2010.¹**

Novas Resoluções

18. ~~Resoluções para a regulamentação das Zonas de Amortecimento e Corredores Ecológicos das Unidades de Conservação (UCs), conforme previsto no art. 25 da Lei 9.985/2000 (Lei do SNUC). (Proposta de exclusão - Abema)~~
19. **Resolução para a regulamentação do Fundo da Mata Atlântica criado pela Lei 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica).**
 - **Executivo Federal: promover a regulamentação do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, instituído pelo Art. 36 da Lei 11.428 de 2006. (Proposta de alteração - Sociedade Civil)**
20. **Resolução elaborada em conjunto com a Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão Territorial para a definição de critérios de localização de parques solares e eólicos, de forma a minimizar os impactos na sociobiodiversidade.**

C) Enfrentamento da emergência climática

Fortalecer a ação nacional frente à mudança do clima, enfrentando os desafios da mitigação e adaptação e promovendo a resiliência aos eventos climáticos extremos, viabilizando de forma transversal as oportunidades da transição para a economia de baixo carbono.

1. **Cumprir as metas e compromissos do Brasil ante tratados internacionais, em particular a Convenção Quadro sobre Mudança Climática e seus acordos subsidiários.**
 - **Apoiar o cumprimento das metas e compromissos do Brasil ante tratados internacionais, em particular a Convenção Quadro sobre Mudança Climática e seus acordos subsidiários. (Proposta de alteração - Casa Civil)**
2. **Elaborar de forma participativa e implementar Plano Nacional e Planos Estaduais de Adaptação à Mudança Climática.**
 - **Elaborar de forma participativa e implementar Plano Nacional e Planos Estaduais de Adaptação à Mudança Climática, incluindo questões de Justiça Climática. (Proposta de alteração - SMC/MMA)**

¹ Conforme deliberação da 139ª Reunião Plenária do Conama, que recomendou a criação de Grupo de Trabalho para a revisão destas resoluções.

- Apoiar a elaboração de forma participativa e implementação do Plano Nacional e Planos Estaduais de Adaptação à Mudança Climática. (Proposta de alteração - Casa Civil)
- 3. Elaborar de forma participativa e implementar Plano Nacional e Planos Estaduais de Enfrentamento às Emergências Climáticas.
- Apoiar a elaboração de forma participativa e implementação do Plano Nacional e Planos Estaduais de Enfrentamento às Emergências Climáticas. (Proposta de alteração - Casa Civil)
- 4. Promover a criação e qualificação de Núcleos Locais de Enfrentamento às Emergências Climáticas.
- Apoiar a criação e qualificação de Núcleos Locais de Enfrentamento às Emergências Climáticas. (Proposta de alteração - Casa Civil)
- 5. Fomentar o desenvolvimento de Soluções Baseadas na Natureza para adaptação, restauração e mitigação.
- 6. Definição participativa dos parâmetros socioambientais da transição energética.
- Apoiar a elaboração de forma participativa dos parâmetros socioambientais da transição energética. (Proposta de alteração - Casa Civil)
- Promover a discussão sobre poluentes climáticos de vida curta. (Proposta de inclusão - SMC/MMA)

Setor de Transporte – licenciamento ambiental, eficiência e transição energética (Destaque Ministério do Transporte)

- 7. Formular políticas públicas que incentivem a descarbonização do setor transportador e aproveite potenciais intrínsecos de cada modal, a partir do equilíbrio entre os modais na matriz nacional.
- 8. Garantir a previsibilidade no licenciamento ambiental das obras do setor de transporte.
- Garantir a previsibilidade no licenciamento ambiental das obras do setor de transporte, incluindo análise de emissão de GEE (gases de efeito estufa). (Proposta de alteração - SMC/MMA)
- 9. Utilizar ferramentas tecnológicas da informação para a sistematização, uniformização e agilidade dos processos de licenciamento.
- 10. Padronizar procedimentos de licenciamento entre União, Estados e Municípios para as obras do setor de transporte.
- 11. Aprovar normativas que regulamentem o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, dando previsibilidade aos investidores por meio de segurança jurídica e institucional. (Proposta de exclusão - SMC/MMA e Casa Civil)
- 12. Desenvolver estudos e projeções de oportunidades de negócios para a descarbonização do transporte.
- 13. Ampliar programas que estimulem a produção e o uso de propulsões alternativas e combustíveis renováveis.
- 14. Estudar e buscar soluções que viabilizem a evolução gradativa do uso dos biocombustíveis nos motores dos veículos, garantindo os interesses do consumidor, mitigando os impactos ambientais, financeiros e tecnológicos.
- 15. Planejar o processo de descarbonização do transporte, considerando as especificidades de cada modal e tecnologias de baixo carbono.
- 16. Divulgar a evolução das metas de eficiência energética para veículos pesados no Relatório Anual do Programa Rota 2030.
- 17. Melhorar a eficiência energética, considerando a ampliação e melhoria da capacidade viária existente.

18. Desenvolver e implementar Sala de Situação para o transporte, voltada para o conhecimento dos riscos associados aos efeitos resultantes das alterações climáticas.

Câmara Técnica de Justiça Climática (Destaques CNI – retirada de menção a resoluções prioritárias)

19. Priorizar propostas de como incorporar perspectiva de “emergência climática” na gestão de políticas públicas, lembrando sempre que justiça climática pressupõe olhar tanto para o meio ambiente natural quanto para as sociedades que o habitam.
 - Revisão da Resolução Conama 462/2014 sobre eólicas onshore para a inclusão dos aspectos sociais. (Proposta de inclusão - SMC/MMA)
 - Inclusão de análise de emissão dos GEE (gases de efeito estufa) no licenciamento ambiental.
 - Inclusão de planos de adaptação ou planos clima (mitigação e adaptação) nos planos diretores. (Proposta de inclusão - SMC/MMA)
 - Classificação de gases de efeito estufa ou Carbono equivalente como gases poluidores. (Proposta de inclusão - SMC/MMA)

D) Qualidade ambiental nas cidades e no campo

Promover a gestão ambiental urbana e rural por meio do controle da poluição e contaminação, bem como pela mitigação dos impactos negativos das atividades humanas, com vistas à melhoria da qualidade ambiental e de vida e da proteção dos direitos animais nas cidades e no campo.

- ~~1. Implementar a Lei de Resíduos Sólidos. (Proposta de exclusão - Casa Civil)~~
2. Desenvolver soluções ambientalmente adequadas para a mobilidade urbana.
3. Criar e implementar um conjunto coerente de políticas de gestão de substâncias químicas em produtos, em todo seu ciclo de vida.
4. Combater a Poluição Química, levando-se em conta que as políticas de enfrentamento das Mudanças Climáticas e de Proteção da Biodiversidade não podem prescindir da integração com uma política nacional de segurança química.
 - Combater a Poluição Química, incluindo os retardantes químicos utilizados em incêndios florestais, levando-se em conta que as políticas de enfrentamento das Mudanças Climáticas e de Proteção da Biodiversidade não podem prescindir da integração com uma política nacional de segurança química. (Proposta de alteração - SMC/MMA)
5. Enfrentar a contaminação por resíduos da mineração, especialmente junto aos povos e comunidades tradicionais. (destaque MME e CNI)
6. Atuar de forma coordenada para redução e controle do uso excessivo de agrotóxicos, combatendo riscos, diretos e indiretos, no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores rurais e consumidores. (destaque CNI)
- Atuar de forma coordenada para redução e controle do uso de agrotóxicos, combatendo riscos, diretos e indiretos, no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores rurais e consumidores. (Proposta de alteração - Sociedade Civil)

Setor de Transporte - logística reversa e qualidade do ar (destaque Ministério do Transporte)

7. Criar marco regulatório de logística reversa de veículos automotores.
8. Definir o papel do transportador na logística reversa e viabilizar a representação setorial em comitês dedicados.

9. Criar programa, de forma colaborativa, para o monitoramento das emissões veiculares, baseado na inspeção veicular ambiental.²
10. Fortalecer a Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar no território nacional.

(Destaques CNI - retirada de menção a resoluções prioritárias)

Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão Territorial

11. Priorizar instrumentos de macroplanejamento do uso do território (avaliação ambiental estratégica, avaliação ambiental integrada, avaliação de impacto agregado de obras e outros).

Revisar Resoluções

12. **Resolução Conama nº 498/2020** - Define critérios e procedimentos para produção e aplicação de biossólido em solos, e dá outras providências.
13. **Resolução Conama nº 499/2020** - Dispõe sobre o licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer.
14. **Resolução Conama nº 413/2009** - Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.
- **Resolução Conama nº 462/2014** - Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em superfície terrestre (para a inclusão dos aspectos sociais). (Proposta de inclusão - SMC/MMA)

Novas resoluções

15. Elaborar resolução para normatizar o sistema municipal de compensação ambiental nos casos de licenciamento ambiental municipal.

Câmara Técnica de Qualidade Ambiental

Revisar Resoluções

16. **Resolução Conama nº 491/2018** - Dispõe sobre padrões de qualidade do ar. Decisão do STF define prazo para a edição de novos padrões de qualidade do ar, alinhados com os valores de referência da Organização Mundial da Saúde (OMS).
17. **Resolução Conama nº 316/2002** - Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos.
18. **Resolução Conama nº 499/2020** - Dispõe sobre o licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer.³
19. **Resolução Conama nº 501/2021** - Altera a Resolução nº 382/2006, que estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.
20. **Resolução Conama nº 357/2005** - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
21. **Resolução Conama nº 430/2011** - Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

² O programa pode utilizar, por exemplo, tecnologia da inspeção remota e avaliação veicular do programa Despoluir da Confederação Nacional do Transporte, à semelhança da iniciativa TRUE – The Real Urban Emissions.

³ A Câmara Técnica de Qualidade Ambiental gostaria de discutir a matéria juntamente com a Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão Territorial.

22. **Resolução Conama nº 472/2015** - Dispõe sobre o uso de dispersantes químicos em incidentes de poluição por óleo no mar.
23. **Resolução Conama nº 274/2000** - Define os critérios de balneabilidade em águas brasileiras.
24. **Resolução Conama nº 463/2014** - Dispõe sobre o controle ambiental de produtos destinados à remediação.
25. **Resolução Conama nº 420/2009** - Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Novas Resoluções

26. Elaborar resolução sobre o reuso de água, que consiste no processo de converter águas residuais que seriam descartadas em água que pode ser reutilizada em outros propósitos.
27. Elaborar resolução sobre grandes geradores e logística reversa. Resoluções Conama nº 404 (que trata de pilhas e baterias) e nº 416 (que trata da coleta e destinação de pneus inservíveis).
28. Criar e regulamentar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos – PRONARA.

E) Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade

Promover a transição para uma economia que estimule as cadeias de valor da biodiversidade, as soluções baseadas na natureza e o modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, de forma inclusiva, com repartição justa e equitativa de seus resultados.

1. Fomentar a bioeconomia e a economia baseada em produtos e serviços para a transição para uma economia de baixo carbono.
 - Elaborar decreto que institui a Comissão Nacional de Bioeconomia, que construirá o Plano e a Política Nacional de Bioeconomia e que atuará no monitoramento da Política. (Proposta de Inclusão - Bioeconomia/MMA)
 - Elaborar Decreto que regulamentará a Lei 14.119/21, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. (Proposta de Inclusão - Bioeconomia/MMA)
 - Construir o Plano Nacional de Sociobioeconomia, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). (Proposta de Inclusão - Bioeconomia/MMA)
 - Regulamentar a gestão compartilhada de recursos pesqueiros e os mecanismos participativos da gestão pesqueira, conjuntamente com o Ministério da Pesca e Aquicultura. (Proposta de Inclusão - Bioeconomia/MMA)
 - Elaborar e aprovar o Manual de Operações, o Plano Quadrienal e os Instrumentos de Apoio ao Fundo Nacional de Repartição de Benefícios. (Proposta de Inclusão - Bioeconomia/MMA)
 - Fortalecimento da Bioeconomia no contexto internacional, considerando a atuação do Brasil no G20 e preparação para a COP30. (Proposta de Inclusão - Bioeconomia/MMA)
 - Criação de Rede de Instituições Parceiras de Usuários Internacionais do Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen). (Proposta de Inclusão - Bioeconomia/MMA)
 - Construção do Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.
 - Proposição de adequações na legislação pesqueira. (Proposta de Inclusão - Bioeconomia/MMA)

- Programa Nacional de Repartição de Benefícios operacionalizado e Apoio ao Fundo Nacional de Repartição de Benefícios. (Proposta de Inclusão - Bioeconomia/MMA)
- Melhorias nos sistemas de informação relacionados ao patrimônio genético. (Proposta de Inclusão - Bioeconomia/MMA)
- Apoiar a elaboração de forma participativa a estratégia para a bioeconomia brasileira, considerando suas oportunidades e desafios nos processos de Transformação Ecológica, Neointustrialização e Reinserção Nacional no Cenário Global (Proposta de inclusão - Casa Civil)